

Uma nação sem crédito

22 JUN 1986

ESTAMOS DIZENDO AO MUNDO
QUE NÓS SOMOS PONDEROSOS

P. L. O GLOBO

SOB MUITOS pontos de vista, as nações são como pessoas; a elas, segundo se comportam suas lideranças, o Mundo atribui créditos e débitos de caráter e confiança.

SENDO assim, o Brasil de hoje corre sério risco de voltar a ter abalado o seu crédito internacional; na visão mais generosa, será tido como um país acometido de grave confusão, caracterizada por atos contraditórios em relação aos seus mais evidentes interesses.

NUM QUADRO em que a solução de grande número dos problemas nacionais em boa parte depende de nossa imagem no exterior, há razões de sobra para preocupação.

PODEMOS citar, por exemplo, a pretendida anistia a dívidas

contraídas na vigência do Plano Cruzado — objeto, aliás, de definitivo esclarecimento por parte do Ministro da Fazenda, na última segunda-feira. Para qualquer observador externo, por menos que conheça o Brasil, é óbvio que se trata de uma benesse catastrófica, que se choca frontalmente com a política de austeridade ora executada pelas autoridades econômicas.

QUEM NÃO percebe que a anistia terá efeito multiplicador, criando direito de reivindicação no Judiciário para todos os empresários que pagaram seus débitos — sem falar na hipótese mais assustadora de que outras vítimas da correção monetária pleiteiem privilégio igual? Certamente no estrangeiro medidas do gênero só podem causar estranheza e decepção.

OUTRO sinal dessa aparente crise de identidade está na realização em Brasília de um "encontro nacional sobre a dívida externa". Instalado ontem com o aval da presença do Presidente da Constituinte, sob o patrocínio de entidades de conhecida orientação radical (como CUT e CGT), ele surge sob o peso do mais escancarado oportunismo demagógico.

ALGUÉM duvida de que tal encontro, realizado na Câmara dos Deputados, contribuirá para alimentar temores e desconfianças? E que poderá prejudicar aquele que é sem sombra de dúvida o melhor acordo que poderíamos fechar este ano?

E COMO se não bastasse, a Constituinte chegou ao extre-

mo, também ontem, de aprovar uma auditoria da dívida externa, decisão que claramente não tem outro propósito neste momento se não o de criar novos embargos à ação do Executivo. De olho nas urnas, a palavra de ordem dessas correntes parece ser: atrapalhar.

DEVE SER lembrado ainda que o Governo, num gesto de impecável lucidez, acaba de instituir uma política industrial cujo eixo principal é o estreitamento de laços com o capital externo — no que, quase tardivamente, imitamos a maioria das nações desenvolvidas ou com notável grau de desenvolvimento. Pois, ao mesmo tempo, sobrevivem no projeto de Constituição itens de orientação oposta, isolacionistas e xenófobos.

ESTAMOS dizendo ao Mundo, simultaneamente, que desejamos e não desejamos o investimento externo; que queremos e não queremos promover o crescimento; que nos dispomos e não nos dispomos a um controle austero e responsável de nossa economia.

ESTA é uma imagem de perturbação, que aponta para a desagregação. O indivíduo que, por fraqueza de caráter, aparenta não saber o que pretende nem para onde vai merece pena, quando não desprezo. Igualmente, as nações destituídas de solidariedade interna nas horas de crise perdem a confiança da comunidade internacional — e são condenadas à solidão no seu percurso para o caos.